



## Narração e argumentação. Retorno à análise do discurso em ciências sociais

Lttr13 \*

Tradução de Ricardo Ferreira Filho \*\*

**Resumo:** A aparente congruência entre modelos de análise e tipos de discurso, apesar da extensão de aplicabilidade a qual esses modelos podem reivindicar, abre caminho para questões relativas à legitimidade de uma tipologia dos discursos. Poderia ela se colocar acima dos postulados teóricos que embasam as correlações entre modelos de análise e tipos de discurso? Em caso negativo, o que estaria em jogo na questão tipológica? Comparando os postulados do método semiótico com os outros modelos analíticos propostos nesse domínio, nosso objetivo é lançar luz sobre as posições defendidas por uns e outros nesse debate teórico, que, ao longo das três últimas décadas, não deixou de evoluir.

**Palavras-chave:** narração, argumentação, narratividade, Greimas, semiótica

### 1 Tipologias no domínio da linguagem

Levantamos aqui a questão da tipologia no domínio das ciências da linguagem, partindo da constatação, que iremos sustentar, de que ela é inevitável já que sempre regressa, embora frequentemente pareça, ao mesmo tempo, difícil.

Para sustentar tal constatação, proporemos um breve panorama das tentativas de tipologia enfatizando, por um lado, as reticências formuladas pelos estudiosos com relação ao projeto tipológico e, por outro, a heterogeneidade dessas tipologias.

As resistências e as reservas são claramente visíveis nos escritos de importantes teóricos que se dedicaram ao exercício da classificação de textos. Bakhtin (2003, p. 280) já sublinhava que “ficariamos tentados a pensar que a diversidade dos gêneros do discurso é tamanha que não há e não poderia haver um terreno comum para seu estudo” e insistia no fato de que “não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade

dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado” (Idem, p. 281). De Todorov (1978) à Havránek (1932) ou ainda Adam (1992, 1997, 2011), a dificuldade desse exercício classificatório jamais cessou de ser sublinhada.

Entretanto, esse exercício parece uma etapa necessária – pois é preciso designar os objetos dos quais tratamos e qualificá-los face a outros objetos –, ainda que a realização da tarefa pareça complexa ou mesmo impossível de ser executada, visto que os critérios que prescrevem a categorização podem variar, por um lado, em função dos recortes e visadas disciplinares e, por outro, em razão da natureza dos dados linguageiros, textuais ou sociais considerados.

A fim de ilustrar a variedade das tipologias, nos parece útil começar pela síntese das formas de agrupamento que foram propostas – por vezes conjuntamente – na ciência da linguagem e precisar a natureza dos critérios utilizados.

Em geral, as tipologias recorrem a quatro formas

\* Lttr13 é um grupo composto por três professores pesquisadores (Sémir Badir, Stéphane Polis, François Provenzano) da Universidade de Liège (Bélgica). Suas pesquisas têm financiamento parcialmente assegurado pelo F.R.S.-FNRS (Fonds National belge de la Recherche Scientifique). Criado em 2010, o grupo vem publicando trabalhos acerca de distintos objetos, tais como certos vocábulos (por exemplo, o substantivo comum *enunciação* e o nome próprio *Saussure*), conceitos (subjetividade, gramaticalização), paradigmas (a linguística evolucionista) e atos de linguagem (em especial a denominação). Mediante a perspectiva da retórica e da semiótica do discurso, as investigações do Lttr13 visam a contribuir para a história e a epistemologia das ciências da linguagem. Endereços para correspondência: {semir.badir@ulg.ac.be} {s.polis@ulg.ac.be} {francois.provenzano@ulg.ac.be} .

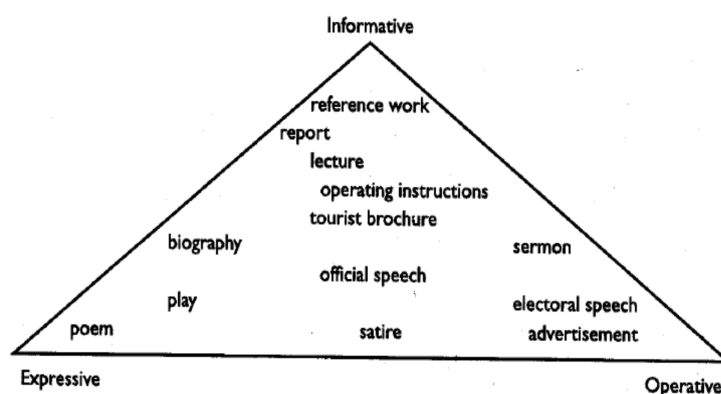
\*\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço para correspondência: {ericardo@id.uff.br} .

de agrupamento, as quais serão nomeadas respectivamente “classificações situacionais”, “classificações funcionais”, “classificações temático-composicionais” e “classificações modais”.

1. As classificações situacionais interessam-se pelas condições de produção dos textos e pelos contextos nos quais eles se manifestam. De forma bastante geral, trata-se de identificar as práticas sociais que determinam os *discursos* (por exemplo, o discurso literário, jurídico, político, etc.)<sup>1</sup>. Essa abordagem foi notadamente aquela da escola tcheca de estilística funcional: apoiando-se, desde 1929, nas ideias desenvolvidas nos trabalhos do Círculo Linguístico de Praga, ela propôs uma supra-categorização das formas textuais baseando-se na situação de produção. Havránek (1932), para dar um exemplo conhecido, distingue quatro funções principais da língua padrão que correspondem aos contextos de uso (a *conversação*, a *conversa técnica de todos os dias*, a *comunicação técnica teórica* e a *estética*) e os associa a quatro “dialetos funcionais”: o conversacional, o do trabalho cotidiano, o científico e o poético. Observa-se que essa perspectiva encontra um eco direto nos trabalhos anglo-saxões que põem, no centro de suas preocupações, a noção de “registro”<sup>2</sup>: ao lado da variação dialetal (geográfica) e socioletal, formas expressivas particulares são convocadas pelos contextos discursivos individuais e variam

em razão desses últimos. De forma mais específica, as classificações situacionais podem propor generalizações que se baseiem em parâmetros que afetam as instâncias do esquema comunicacional: a presença ou não de destinatários (monólogo *versus* diálogo) e a quantidade deles, comunicação direta ou indireta, oral ou escrita.

2. As *classificações funcionais* repousam essencialmente na identificação da *função* (ou das *funções*) comunicativa(s) e/ou ilocucionária(s) dos textos. A figura emblemática de Karl Bühler e de suas três funções da linguagem (a função *expressiva*, a função *representativa* e a função *apelativa*) é geralmente reivindicada pelos defensores dessa abordagem. Dela, no domínio dos Estudos de tradução, tomamos aqui, como exemplo, a influente tipologia de Reiss (1981), que explicitamente repousa na analogia ao modelo de Bühler. Esse modelo propõe a classificação dos textos em três tipos em função do seguinte critério: “[w]hich basic communicative form is realized in the concrete text with the help of the written text?”. Se a criatividade da composição e a dimensão estética dominam, trata-se do *tipo expressivo*; se a comunicação de conteúdo é central, *tipo informativo*; se o que importa é convocar o leitor a agir (persuasão, ordem, demanda), *tipo operativo*. Os *texts varieties* (Fig. 1) são divididos entre esses três tipos ideais.



**Figura 1:** Os tipos de textos distribuídos segundo sua função comunicativa (cf. Chesterman, 1989, p. 105).

3. As *classificações temático-composicionais* são a outra face das classificações situacionais: elas reconhecem o primado das condições de produção dos discursos, mas não categorizam os textos em razão dessas últimas, interessando-se pelas regularidades temáticas, estilísticas e composicionais dos textos. Bakhtin é certamente o modelo desse tipo de abordagem que

floresce na análise dos gêneros textuais:

[...] esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada um desses domínios não apenas por seu conteúdo (temático) e seu estilo de língua, isto é, pela escolha de meios linguísticos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas, antes de tudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) se fundem indissolu-

<sup>1</sup> Cf. Rastier, François. *Sens et textualité*. Paris, Hachette. 1989; Malrieu, D., Rastier, F. “Genres et variations morphosyntaxiques”. In: *Traitement automatiques des langues*. 2001.

<sup>2</sup> Cf. Biber, Douglas. *Variation across Speech and Writing*. Cambridge: University Press, 1988; Biber, Douglas, Conrad, Susan. *Register, Genre, and Style*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

livelmente no todo que constitui o enunciado e cada um deles é determinado pela especificidade da esfera da comunicação” (tradução revista em ADAM, 2011, p. 23<sup>3</sup>).

Rastier (1989) não é senão uma reformulação recente dessa abordagem temático-composicional dos gêneros (do discurso “à la Bakhtin”. É preciso sublinhar que é provavelmente aqui onde a tipologia se mostra mais claramente como uma atividade metalinguística: na tentativa de explicitar todos os parâmetros de sua construção, não se classificam os *dados*, mas os *construtos*.

4. As *classificações modais* baseiam-se na identificação de princípios – ou modos macro-composicionais; Adam (2011, p. 7) fala de “modo de produção de texto”. Esse princípio classificatório é notadamente utilizado pelo estilístico eslovaco Mistrík (1997), que distingue três modos principais<sup>4</sup>: o *descritivo*, o *argumentativo* e o *narrativo* (outros modos, como o explicativo ou o informativo, são por vezes utilizados). Esses modos geralmente não são considerados como mutuamente exclusivos, mas, no seio de um texto, um dentre eles pode ser reconhecido como preponderante (Adam, 1997, p. 669; 2011, p. 9, fala de “modo dominante de textualização”), embora certas passagens possam conter outros modos (Adam, em 1997 e já em 1992, situa as regularidades ditas *narrativa*, *descrição*, *argumentação*, *explicação* e *diálogo* em um nível de análise inferior à unidade global do texto, que ele propõe chamar de *sequencial*).

Esse rápido voo sobre as formas de agrupamento mostra suficientemente as indecisões com relação à *natureza dos dados* abrangidos pela tipologia textual bem como os *pesos das pré-categorizações* dos quais esses dados são *a priori* portadores: elementos lexicais e marcas gramaticais, modos de composição, funções comunicativas ou ilocutórias de textos inteiros, discursos, práticas e situações sociais podem ser utilizados nas tipologias textuais. Como o sublinhava Foucault:

“[...] esses recortes – quer se trate daqueles que admitimos ou daqueles que são contemporâneos dos discursos estudados – são sempre eles próprios categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos discursivos que merecem ser analisados ao lado dos outros”. (Foucault, 1969, p. 33<sup>5</sup>)

Além disso, na prática dos estudiosos, as diferentes formas de agrupamento – acima distinguidas por comodidade – são, de maneira regular, conjuntamente convocadas para o estabelecimento de *taxinômias híbridas*<sup>6</sup>. Isso se traduz notadamente em indecisões terminológicas relativas aos termos e aos meta-termos utilizados para designar esses agrupamentos (bem como as articulações entre os termos e os meta-termos), inclusive no seio de um mesmo campo disciplinar: tipos, gêneros, formas, modos, registros, formações, estilos remetem a conceitualizações não estabilizadas da atividade tipológica. *Gênero*, por exemplo, impôs-se como termo tipológico a partir de *Les genres du discours* (“Os gêneros do discurso”) de Todorov (1978), mas ele supõe uma extensão em relação a um uso anterior que era limitado ao domínio literário.

No plano metodológico, os ensaios tipológicos em ciências da linguagem têm em comum o fato de serem combinação de indução (generalização tentando agrupar um empírico heterogêneo) e de especulação (ou teorização fraca).

## 2 Um ensaio tipológico em semiótica

A esse respeito, o ensaio tipológico de Greimas em *Semântica estrutural* (1976 [1966]) oferece uma exceção relativamente precoce. Trata-se, dessa vez, de uma modelação (ou teorização forte) que não é verificável mas aplicável.

Modelos   Manifestação	funcionais	qualificativos
prático	tecnológicos	científicos
mítico	ideológicos	axiológicos

**Tabela 1:** Tipologia dos microuniversos segundo Greimas (1966, p. 128).

<sup>3</sup> Tradução nossa para o trecho original: « [...] ces énoncés reflètent les conditions spécifiques et les finalités de chacun de ces domaines, non seulement par leur contenu (thématique) et leur style de langue, c’est-à-dire par le choix des moyens linguistiques lexicaux, phraséologiques et grammaticaux, mais avant tout par leur construction compositionnelle. Ces trois éléments (contenu thématique, style et construction compositionnelle) fusionnent indissolublement dans le tout que constitue l’énoncé, et chacun d’eux est déterminé par la spécificité de la sphère de la communication ».

<sup>4</sup>Cf. Ferenčík, Milan. *A survey of English stylistic*. University of Prague, PhD, 2004.

<sup>5</sup> Tradução nossa para o trecho original: « [...] ces découpages – qu’il s’agisse de ceux que nous admettons, ou de ceux qui sont contemporains des discours étudiés – sont toujours eux-mêmes des catégories réflexives, des principes de classement, des règles normatives, des types institutionnalisés : ce sont à leur tour des faits de discours qui méritent d’être analysés à côté des autres ».

<sup>6</sup> Neste sentido, ver a distinção entre estilos *simples* e *complexos* em Hausenblas, Karel. *Výstavba jazykových projevů a styl*. Praha: AUC, 1972.

Regressaremos a essa modelação. Por enquanto, queremos apenas precisar seu lugar no projeto de *Semântica estrutural*. Parece-nos que ela é uma passagem obrigatória, isto é, sem valor em si, mas necessária para a argumentação da teoria. De fato, ela precede a apresentação de um método de análise que não pretende ser aplicável a todos os tipos textuais, mas apenas aos textos que são da ordem do “modelo funcional mítico”, isto é, às “ideologias” que representam, notadamente, os contos populares.

No entanto, a semiótica não deu seguimento a essa tentativa de modelação tipológica. E não apenas essa modelação não foi, até onde sabemos, retomada em parte alguma<sup>7</sup> como, acima de tudo, o método de análise desenvolvido em *Semântica estrutural*, dito “modelo actancial” – cedo retomado (com reformulações) sob a denominação de esquema narrativo – logo será aplicado a outros tipos de texto que não apenas os “ideológicos”. É a hipótese do todo narrativo.

### 3 Análise do discurso em ciências sociais

A ilustração mais eloquente desse alargamento de aplicação encontra-se na obra dirigida por Greimas e Landowski, publicada em 1978 (ao mesmo tempo em que a primeira edição do *Dictionnaire [Dicionário de semiótica]*, Greimas e Courtés)). Ela é eloquente por duas razões. Em primeiro lugar, o esquema narrativo aí se encontra efetivamente aplicado em várias direções, especificamente num corpus que escapa a priori da figuratividade narrativa. Além disso, reconhecendo uma série de dificuldades de aplicação, aqueles que contribuíram com o volume devem fazer face a uma certa “resistência dos textos”. Essa resistência “se organiza”, pode-se dizer, em torno da noção de argumentação.

Na realidade, a indecisão que percorre o volume parece ser a do nível de profundidade no qual situar respectivamente o princípio de narratividade e o “fazer persuasivo” e, por conseguinte, a indecisão das relações hierárquicas que mantém essas duas dimensões constitutivas do discurso de saber: a figuração da “busca pelo saber” não é senão uma “encenação” de superfície que recobre uma estrutura onde o sujeito

epistêmico se argumenta enquanto tal, ou ainda o “programa pragmático” do “fazer persuasivo” se inscreve como uma das etapas da grande narrativa da ciência?

Diante dessas indecisões, diversas estratégias são possíveis. A mais evidente consiste em considerar o discurso argumentativo como um dos “adjuvantes” do sujeito epistêmico cujas manifestações “dispersas” constituiriam um “discurso retórico generalizado”:

não importa qual metadiscurso remeta também a outros MD [metadiscursos], ou a si mesmo, com a finalidade, retórica, de sustentar suas próprias afirmações. As técnicas utilizadas são as mesmas [...]. Numa perspectiva actancial [...] o enunciador MD precisa, no curso de sua argumentação, tanto de adjuvantes quanto de oponentes [...] Em seguida, nós iremos considerar os diferentes gestos retóricos do enunciador como fazendo parte de um discurso retórico generalizado R, disperso em outros tipos de discurso que constituem MD [...] (Alexandrescu, 1979, p. 211-212<sup>8</sup>).

Podemos também considerar que o sujeito do discurso do saber é sempre sincrético, na medida em que “não cessa de fazer variar o ‘lugar de onde ele fala’” (Greimas, Landowski, 1979, p. 25<sup>9</sup>) e ilusoriamente condensa, em um único *scriptor*, estatutos que são, ora o do pesquisador que conta sua descoberta, ora o do cientista que justifica sua pesquisa, ora, enfim, o do cidadão a nos persuadir do interesse da própria ciência. O esquema actancial fornece, portanto, a sofisticação terminológica necessária para descrever esses jogos de desdobramento, que, todavia, mal conseguem preservar a unidade da hipótese da totalidade narrativa:

O programa cognitivo e o programa pragmático articulam-se no ponto em que um mesmo agente assume simultaneamente os papéis actanciais de sujeito realizado de um fazer cognitivo e de doador de um /querer/ (regido pelo saber anteriormente adquirido) dirigido a um ator coletivo, o donatário, sujeito virtual de um *fazer justo*, positivamente valorizado. (Geninasca, 1979, p. 101<sup>10</sup>).

O sujeito epistêmico I é aqui o destinatador de uma nova comunicação na qual assume a posição de um sujeito do fazer persuasivo cujo objeto, bem como o destinatário, diferem daqueles da primeira comunicação. [...] [O sujeito epistêmico II possui] uma competência que lhe é atribuída como enunciatário e que lhe permite [...] reconhecer a finalidade da argumentação a partir da disposição geral do discurso [...]: é portanto uma competência propriamente narrativa [...] (Floch, 2002, p. 185<sup>11</sup>).

<sup>7</sup> Com exceção de Jean-Marie Floch (2002) que, no entanto, usa os micro-universos semânticos como articuladores do quadrado semiótico e não como ferramentas tipológicas.

<sup>8</sup> Tradução nossa para o trecho original: “[...] n’importe quel métadiscours renvoie aussi à d’autres MD [métadiscours], ou à soi-même, dans le but, rhétorique, d’appuyer ses propres affirmations. Les techniques utilisées sont les mêmes [...]. Dans une perspective actantielle [...] ce seront autant d’adjuvants ou d’opposants dont l’énonciateur MD a besoin au cours de son argumentation [...]. Nous allons considérer par la suite les différents gestes rhétoriques de l’énonciateur comme faisant partie d’un discours rhétorique généralisé R, éparpillé dans les autres types de discours qui constituent MD [...]”

<sup>9</sup> Tradução nossa para o trecho original: “[...] ne cesse de faire varier le “lieu d’où il parle””.

<sup>10</sup> Tradução nossa para o trecho original: “Programme cognitif et programme pragmatique s’articulent au point où un même acteur assume simultanément les rôles actantiels de sujet réalisé d’un faire cognitif et de donateur d’un /vouloir/ (régé par le savoir précédemment acquis) à l’intention d’un acteur collectif, le donataire, sujet virtuel d’un *faire juste*, positivement valorisé”.

<sup>11</sup> Tradução nossa para o trecho original: “Le sujet epistémique I est ici le destinataire d’une nouvelle communication, dans laquelle il assume la position d’un sujet du faire persuasif, dont l’objet, ainsi que le destinataire, sont différents de ceux de la première communication.

[...] o sujeito que fala ocupa assim uma posição estratégica que lhe permite ‘manipular’ seus ‘interlocutores’ em vista da realização do programa de base que representa a implementação da ‘ciência geral’ das atividades intelectuais. Em definitivo, tudo ocorre como se esse discurso ‘não figurativo’ possuísse, no que diz respeito a sua enunciação, dois níveis: um nível que é realmente figurativo [...] e um nível não figurativo, o de uma manipulação onde o enunciador faz realizar, pelos diferentes sujeitos, suas partes respectivas do desenvolvimento da ‘ciência geral’” (Floch, 2002, p. 191-192<sup>12</sup>).

Por meio da última citação, percebe-se que o princípio de narratividade busca chegar ao lugar onde o discurso das Humanidades não se reduz a um algoritmo de operações de saber mais ou menos artificialmente “narrativizados”, mas constantemente recorre a um discurso reflexivo que inscreve a interação epistêmica numa relação – sempre um pouco impura – com a ciência e a sociedade. Essa relação engaja sujeitos que inevitavelmente transbordam a imanência do texto narrativo.

Estando assim posicionada no circuito social, a história não se torna objeto de um outro programa? Se a tarefa de organização pôde ser descrita como uma sequência de operações, os próprios elementos a serem organizados e os lugares sobre os quais se demora o fazer do historiador são dependentes de um último personagem que se pode designar como a “sociedade”. Nas palavras de Giroud (1979, p. 138-139), “[...] a história deixa de ser apenas objeto do discurso do historiador, ela é também objeto, de certo modo, de um discurso ‘social’”.

O próprio Greimas identificou essa impureza do discurso do saber nas Humanidades, o qual é sempre tensionado entre o idioletal e o socioletal:

O exame do texto de Georges Dumézil nos permitiu ter uma ideia das complexas relações que têm, por um lado, o discurso da pesquisa que, a qualquer preço – ao mesmo tempo esperteza e vocação – tende a se fazer passar por um discurso objetivo e socioletal cujo sujeito seria um actante a um só tempo coletivo e qualquer, e onde o pesquisador-locutor não seria senão o agente delegado e, por outro, o discurso da descoberta necessariamente

personalizado, mas inscrito, pudemos entrever, em um algoritmo subjacente que secretamente o rege. Relações paradoxais entre o discurso social que não consegue esconder seus vínculos com o singular enunciador que o produz, e o discurso individual que se deixa guiar por uma finalidade que o excede (Greimas, 1979, p. 60<sup>13</sup>).

Poderíamos indagar se a escolha por um *corpus* de textos não somente “não figurativos”, mas também pouco regidos por procedimentos formais de demonstração, não servia ao propósito de interrogar o próprio estatuto da disciplina semiótica. De qualquer forma, o volume claramente revela que, para o historiador, o historiador da arte, o cientista político, o antropólogo, o filósofo ou o crítico literário, a “procura por certezas” traz com ela uma série de “interrogações sobre o sentido da pesquisa” que se dá, prontamente, também sob a forma de um “discurso de interpretação”. As três posições que organizam as diferentes contribuições ao volume aparecem mais como polos teóricos do que como *corpus* empíricos puros, sem qualquer combinação. Será que o discurso das ciências sociais, perguntam-se os autores, seria “aparentemente obrigado a reformular de modo incessante seu ‘começo’ (por meio de um retorno constante às suas próprias condições de possibilidade e fundamentos) antes de ‘funcionar’ e de ‘produzir’ no modo algorítmico” (Greimas; Landowski, 1979, p. 11<sup>14</sup>)?

E isso refletiria um estado de “crise” dessas disciplinas cujo discurso resistiria assim a uma análise semio-narrativa clássica atenta apenas manifestações do *fazer*<sup>15</sup>? É conveniente separar os discursos do saber segundo a maneira pela qual eles investem a sintaxe narrativa, como convidam a pensar Greimas e Landowski?

[...] a posição e o estatuto atribuídos ao destinatário enquanto *instância epistêmica* nos fornecerá um critério suplementar para a distinção dos tipos (ou subtipos) de discurso: por um lado, discurso da descoberta, todas as vezes que a função do destinador tenderá a se objetivar em uma figura distinta daquela do sujeito falante; por outro lado, *discurso do questionamento* reflexivo, quando o sujeito enunciador fará de si seu próprio destinatário.

[...] [Le sujet épistémique II possède] une compétence qui lui est attribuable en tant qu'énonciateur et qui lui permet [...] de reconnaître la finalité de l'argumentation à partir de la disposition générale du discours [...] : c'est alors une compétence proprement narrative [...].”

<sup>12</sup> Tradução nossa para o trecho original: “[...] le sujet discourtant occupe ainsi une position ‘stratégique’ qui lui permet de ‘manipuler’ ses ‘interlocuteurs’ en vue de l’accomplissement du programme de base que représente la mise en œuvre de la ‘science générale’ des activités intellectuelles. Tout se passe en définitive comme si ce discours ‘non-figuratif’ possédait, pour ce qui est de son énonciation, deux niveaux : un niveau qui est bel et bien en fait figuratif [...] et un niveau non-figuratif, celui d’une manipulation où l’énonciateur fait réaliser par les différents sujets leur part respective du développement de la ‘science générale’”.

<sup>13</sup> Tradução nossa para o trecho original: “L’examen du texte de Georges Dumézil a permis de nous faire une idée quant aux rapports complexes qu’entretient le discours de la recherche, qui tend à tout prix – ruse et vocation en même temps – à se faire passer pour un discours objectif et socioletal dont le sujet serait un actant à la fois collectif et quelconque et où le chercheur-locuteur ne serait que l’acteur délégué, avec le discours de la découverte, nécessairement personnalisé, mais inscrit, nous avons pu l’entrevoir, dans un algorithme sous-jacent qui le régit en sous-main. Relations paradoxales entre le discours social qui n’arrive pas à cacher ses attaches à l’énonciateur singulier qui le produit et le discours individuel qui se laisse guider par une finalité qui le dépasse”.

<sup>14</sup> Tradução nossa para o trecho original: « apparemment tenu de reformuler toujours à nouveau son “commencement” (par un retour sans relâche à ses propres conditions de possibilité et fondements), avant que de “fonctionner” et de “produire” sur le mode algorithmique ».

<sup>15</sup> Note-se de passagem que o único representante da escola de Greimas, também contribuinte da coletânea de 1979, que verdadeiramente prosseguiu a via de uma semiótica do discurso de saber em Humanidades é Jean-François Bordron, que se desviou do modelo de uma semiótica da ação em proveito da atenção à “dimensão icônica das pesquisas especulativas” (cf. Bordron, 2016, p.74).

(Greimas; Landowski, 1979, p. 19<sup>16</sup>).

Como consequência, a questão tipológica, que se manteve submersa durante um tempo, emerge, porém, acessoriamente, apenas em razão do problema que representam as “combinações”: combinações do narrativo e do argumentativo que teoria nenhuma prevê, em todo caso não a teoria semiótica *standard*, considerando que vimos que a distinção aqui proposta raramente resistia a sua aplicação.

#### 4 A semiótica face à tradição retórica

Se admitimos distanciarmo-nos do projeto semiótico do final dos anos 1970, início dos 1980, e se interrogamos o postulado segundo o qual a narratividade seria o princípio organizador de todo discurso, facilmente percebe-se que a pertinência de que a questão tipológica deve ser reforçada pela existência de duas tradições de análise de textos concomitantes cujos distintos centros de interesse consagram a divisão entre narração e argumentação. Essas duas tradições disciplinares são a semiótica e a retórica.

Aqui, entretanto, gostaríamos de fazer uma pausa na investigação da questão tipológica a fim de considerar a divisão entre semiótica e retórica, divisão que tanto aproxima as duas disciplinas como as distancia levando, então, a sua comparação. De fato, nos parece evidente que a semiótica e a retórica não apenas têm projetos que avançam em paralelo (isto é, sem que uma e outra se vejam de perto), mas também que apresentam similaridades a um só tempo metodológicas e epistemológicas. Essa pausa está longe de ser inútil,

já que iremos nela encontrar um meio para retomar, sob novas vias, a questão tipológica.

De um ponto de vista metodológico, tanto a semiótica como a retórica propõem uma análise hierarquizada: para a semiótica ao menos em três níveis (o segundo sendo frequentemente descrito como “narrativo”); para a retórica em cinco etapas lógicas, das quais as três primeiras (*inventio, dispositio, elocutio*) são homologáveis aos três níveis semióticos. De fato, nos dois casos, a hierarquia da análise é o reflexo da geração do discurso e não de sua genética.

De um ponto de vista epistemológico, semiótico e retórico, embora suas análises se refiram a textos (ou a transcrições textuais do discurso oral), elas preveem o alargamento da aplicação dos conceitos de análise a montante e a jusante dos textos. A montante, existe uma narração/argumentação no “mundo sensível” (Greimas) / no “real” (Perelman). A jusante, a narração e a argumentação são igualmente aplicáveis à interpretação seja pelo leitor seja pela plateia. É isso que desenvolvem Chaïm Perelman et Lucie Olbrechts-Tyteca já em 1958 em seu *Traité de l’argumentation* [Tratado da argumentação]. Mas é sobretudo o que tematiza explicitamente, a um nível que é precisamente o da epistemologia, Paul Ricoeur em *Temps et récit* [Tempo e narrativa], (1983) com a teoria da tripla *mimesis*. Essa teoria pretende mostrar que o objeto que *configura* o método de análise nos textos é *prefigurado* à montante no mundo real e *refigurado* à jusante na experiência simbólica (notadamente estética).

Cruzando as duas exigências, a metodológica com a epistemológica, um lugar se desenha como sendo central no entroncamento destes cruzamentos. Este lugar é aquele dos princípios da discursividade, quais sejam, a narração e a argumentação (cf. Tabela 2).

Patamar das “estruturas elementares da significação”		
Momento das prefigurações da discursividade no mundo real	Patamar-momento das configurações sintáticas da discursividade	Momento das refigurações da discursividade na experiência simbólica
Patamar do discurso		

**Tabela 2:** A discursividade no entroncamento dos patamares de análise e dos momentos da meditação discursiva.

<sup>16</sup> Tradução nossa para o trecho original: “[. . .] la position et le statut assignés au destinataire en tant qu’ *instance épistémique* vont nous fournir un critère supplémentaire pour la distinction des types (ou sous-types) de discours : *discours de la découverte* d’une part, toutes les fois où la fonction de destinataire tendra à s’objectiver en une figure distincte de celle du sujet discourant, *discours du questionnement* réflexif d’autre part, lorsque le sujet énonciateur se fera son propre destinataire”.

Por que esses conceitos se encontram no centro, no mesmo centro, de duas tradições disciplinares? Para responder a esta pergunta nós traremos o seguinte enquadramento epistemológico, que é aquele da semiótica estrutural: já que parece natural (e de resto teoricamente fundado) que as estruturas elementares da significação sejam múltiplas, da mesma maneira que parece não menos evidente que, no terceiro nível de análise, encontra-se uma diversidade de figuras e temas discursivos, é razoável, semioticamente razoável, postular que o nível intermediário não comporta um único modelo, mesmo que seja o do esquema narrativo, mas que nele se encontra igualmente uma *multiplicidade diferenciada* de modelos. Do que exatamente é feita essa multiplicidade? Nossa proposição, largamente baseada em leituras da existente teoria semiótica, é que esse nível intermediário seja aquele das *condições do discurso*, ou caso se prefira, das *discursividades*. Caso se deseje assegurar a monossemia dos termos empregados, falaríamos melhor em lugar de narração e de argumentação, de *narratividade* e de *argumentatividade*. A argumentatividade, não menos que a narratividade, constitui um princípio de organização do discurso, dando lugar à “funções” ou, como preferimos dizer, a *gestos discursivos* (LTTR, 2016) que articulam, no seio da frase, a significação dos textos em componentes sintáticos superiores (e, por consequência, independentes do plano de expressão).

Um dos benefícios de se aproveitar a comparação entre semiótica e retórica é que no cruzamento dos patamares metodológicos e dos momentos epistemológicos encontra-se uma justificação para as confusões até agora teoricamente injustificadas (e injustificáveis na hipótese semiótica do todo narrativo).

Um princípio organizador pode ser subordinado a um outro de acordo com o momento que lhe dá sentido. Assim, um discurso pode receber uma prefiguração marcada pela argumentatividade, uma configuração narrativa e uma refiguração novamente dominada por um princípio argumentativo. Este é, por exemplo, o caso de numerosas propagandas: não há dúvidas de que elas repousam numa prefiguração fortemente argumentativa que considera notadamente os destinatários como alvos a atingir e escolhe as melhores estratégias para consegui-lo; na configuração, no entanto, as propagandas adotam de bom grado uma *mimesis* narrativa na medida em que elas traduzem os “lugares” argumentativos em um programa de transformações reguladas, onde intervêm atuações bastante figurativizadas; por fim, a experiência de recepção dessas

propagandas poderá reconhecer prioritariamente o empreendimento persuasivo que lhe é subjacente mais do que ser sensível à dinâmica narrativa que ela implementa<sup>17</sup>. Em todos os casos, o próprio texto não pode se apresentar senão sob a forma de uma “combinação”, na medida em que, qualquer que seja a opção configurativa que orienta sua narrativização, por um lado, ela carrega o rastro do momento de prefiguração e, por outro lado, antecipa com maior ou menor júbilo o momento de refiguração.

Para retomar agora o exemplo dos discursos de saber nas Humanidades, pode-se considerar que a tensão problemática de que tratou o coletivo de Greimas e Landowski se explica por uma dificuldade de considerar esses discursos prioritariamente segundo tal momento mais do que segundo um outro. Retomemos por exemplo o *L'Essai sur le don* [Ensaio sobre o dom] de Marcel Mauss, analisado por Jacques Geninasca (1979). Desde o início, esse último reconhecia que “devido à natureza e complexidade de sua organização textual, o *L'Essai sur le don* parece escapar a toda tentativa sistemática suscetível de nele mostrar a coerência e a razão discursivas” (Geninasca, 1979, p. 71<sup>18</sup>). No entanto, esta razão é encontrada por Geninasca apenas na narratividade, porque ele propõe ver o “saber científico moderno” segundo Mauss “sob a forma de um programa complexo articulando três PN (programas narrativos), informativo, interpretativo e persuasivo” (p. 76<sup>19</sup>). Ora, a complexidade do texto de Mauss convida precisamente a multiplicar os princípios de discursividade dos quais ele depende. Pode-se de fato considerar que, na prefiguração, a narração é subordinada à argumentação (pode-se imaginar que Mauss encontrou seu *modus scribendi* em razão da preocupação de agir sobre o mundo tal como ele o percebia), ou à descrição (quando se considera que seu trabalho encontra sua fonte no conjunto de conhecimentos coletados no modo de funcionamento das sociedades primitivas). Além disso, pode-se considerar que a narração se impõe na configuração quando se notar que o enunciador do texto mausseano é, com efeito, mais um narrador do que um simples sujeito epistêmico – sem que desapareça, é claro, qualquer rastro de argumentatividade ou de descritividade. Pode-se, por fim, mensurar – ao longo da história das múltiplas recepções que esse texto conheceu – a variedade das refigurações que ele pôde suscitar, elas mesmas orientadas por este ou aquele princípio geral de discursividade.

Assim, as combinações não são entorses, exceções

<sup>17</sup> Poder-se-ia também imaginar através desse mesmo exemplo que a reconfiguração obedece a um princípio ainda diferente da argumentação ou da narração quando um discurso publicitário é concebido como uma simples *descrição* de um estado do mundo, ou quando nele se vê a expressão estética de uma subjetividade criadora. Retornaremos a este tópico.

<sup>18</sup> Tradução nossa para o trecho original: « De par la nature et la complexité de son organisation textuelle, l'Essai sur le don semble devoir échapper à toute entreprise systématique susceptible d'en montrer la cohérence et la raison discursives ».

<sup>19</sup> Tradução nossa para o trecho original: « savoir scientifique moderne » selon Mauss « sous la forme d'un programme complexe articulant trois PN (programmes narratifs), informatif, interprétatif et persuasif ».

ou dificuldades postas a um modelo que não admitiria senão um princípio de discursividade: pelo contrário, elas são o produto empiricamente normal de um modelo teórico que reconhece a variedade dos gestos através dos quais um discurso se concebe e se lê.

## 5 Tipologia das discursividades: uma proposição teórica

Finalizamos este artigo com um retorno à modelação tipológica de Greimas (ver Figura 2), que estamos do-ravante a reformular. Se essa modelação diz respeito, tal como a pensamos, aos *princípios de organização do discurso*, então os critérios sintáticos devem prevalecer aos critérios semânticos.

Tal é a distinção levantada entre “funcional” e “qualitativo” a qual Greimas fundamenta de maneira quase transparente na distinção sintática entre *predicado de ação* e *predicado de estado*. Propomos aqui generalizar a proposição de Greimas distinguindo dois tipos de predicados: por um lado, os *predicados dinâmicos*, essencialmente voltados para a ação e, por outro lado,

os *predicados estáticos*, essencialmente ligados aos *estados e qualidades*.

Em contrapartida, não acolhemos a distinção semântica, proposta por Greimas, entre isotopia prática e isotopia mítica. Sugeriremos permutá-la por uma outra distinção, também de natureza sintática, e substituiremos o critério que diz respeito ao *sujeito*, partindo do raciocínio segundo o qual a relação estabelecida entre sujeito e predicado é provavelmente a mais estável dentre todas as teorias da sintaxe. Esse sujeito pode ser considerado tanto como predicante (isto é enunciante, embreado, dominante), exercendo por consequência o controle sobre a predicação, tanto como predicado (enunciado, debreado, dominado) o qual não será de modo algum exercido.

Abandonando os termos obscuros (e sem dúvida, por essa mesma razão, prudentes) de Greimas, estamos atualmente buscando, pelo viés da modelação, refletir sobre as discursividades mais consensuais dentre as tipologias modais acima expostas (ver Figura 1): a *narração*, a *argumentação* e a *descrição*.

A modelação apresenta-se, então, da seguinte maneira<sup>20</sup>:

Sujeito   Predicado	Predicado dinâmico (ação)	Predicado estático (estado/qualidade)
Predicado	argumentação	descrição
Predicante	narração	

**Tabela 3:** Proposição de modelação das discursividades

O sujeito predicante é central na narração. Ele exerce o controle sobre o agenciamento dos predicados e organiza o discurso de um ponto de vista que não é lexical (e se não é lexical é portanto sintático). Em contrapartida, na argumentação e na descrição, o sujeito se concebe como predicado (apagado diante da racionalidade; enunciado, desembriado, dominado). Consideraremos em primeiro lugar as demonstrações matemáticas e as descrições de dicionários, as argumentações e descrições “ordinárias” frequente-

mente sujeitas a combinações.

Portanto, a modelação oferece ainda um retângulo a ser preenchido. Parece-nos que tal preenchimento pode se dar por uma forma de discurso pouco levada em conta nas tentativas tipológicas precedentes, a saber, a poesia. Mais precisamente pela *lírica* (que é a um só tempo mais – notadamente por causa da canção –, e menos que a poesia). Uma modelação finalizada é assim proposta:

Sujeito   Predicado	Predicado dinâmico (ação)	Predicado estático (estado/qualidade)
Predicado	argumentação	descrição
Predicante	narração	lírica

**Tabela 4:** Tipologia modalizada das discursividades

<sup>20</sup> No que diz respeito à justificação da repartição dessas formas de discursividade, consultar Badir, 2013.



Ao combinar as contribuições teóricas dos dois modelos por nós apresentados – aquele dos momentos (de prefiguração, configuração e refiguração) e aquele da tipologia das discursividades – chegamos a uma renovada possibilidade da tipologia *dos discursos*, que, dessa vez, justifica os momentos de prefiguração e de reconfiguração os quais qualificam incontestavelmente toda existência social de um texto. Ao aplicar a variedade dos tipos de discursividade a cada um dos momentos da gênese lógica de um discurso, chega-se a uma variedade de sessenta e quatro cenários ou sequências logicamente possíveis (por exemplo: descrição na prefiguração, argumentação na configuração, narração na refiguração) que, quando estabilizados numa dada comunidade semiótica, podem ser lidos como gêneros normalizados (64 ou menos). ●

## Referências

- Adam, Jean-Michel  
1992. *Les textes : types et prototypes*. Paris: Nathan.
- Adam, Jean-Michel  
1997. Genres, textes, discours : pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 75, fasc. 3 (Langues et littératures modernes – Moderne taal-en letterkunde), p. 665-681.
- Adam, Jean-Michel  
2011. *Genres de récits*. Narrativité et généricité des textes. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan.
- Alexandrescu, Sorin  
1979. La critique littéraire : métadiscours et théorie de l'explication. In: Greimas, A. J.; Landowski, É. (dir.). *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris: Hachette, 1979, p. 208-237.
- Badir, Semir  
2013. Les intersémiotiques. *Estudos Semioticos*, vol. 9, n. 1, p. 1-12. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/61241> [Consulté le 19 juillet 2017].
- Bakhtin, Mikhail  
2003. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Erman-tina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- Biber, Douglas  
1988. *Variation across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Biber, Douglas; Conrad, Susan  
2009. *Register, Genre, and Style*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bordron, Jean-François  
2016. *Le Discours spéculatif. Approche sémiotique*. Limoges: Lambert-Lucas.
- Chesterman, Andrew  
1989. *Readings in Translation Theory*. Helsinki: Finn Lectura.
- Ferenčik, Milan  
2004. *A survey of English stylistic*. University of Prague, PhD.
- Floch, Jean-Marie  
2002. *Sémiotique, marketing et communication*. Sous les signes, les stratégies. Paris: PUF.
- Foucault, Michel  
1969. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Geninasca, Jacques  
1979. Interpréter, persuader, transformer. L'Essai sur le don de Marcel Mauss. In: Greimas, A. J.; Landowski, É. (dir.). *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris: Hachette, 1979, p. 71-101.
- Giroud, Jean-Claude  
1979. Apologie pour l'historien. In: Greimas, A. J.; Landowski, É. (dir.). *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris: Hachette, 1979, p. 129-139.
- Greimas, Algirdas Julien  
1966. *Sémantique structurale*. Paris: PUF. [Trad. br. Greimas, A. J. *Semântica estrutural*. Trad. Haquirá Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cul-trix/EDUSP, 1976.]
- Greimas, Algirdas Julien  
1979. Des accidents dans les sciences dites humaines. In: Greimas, A. J.; Landowski, É. (dir.). *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris: Hachette, 1979, p. 28-60.
- Greimas, Algirdas Julien; Landowski, Éric (dir.)  
1979. *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*, Paris, Hachette. [Trad. br. Greimas, A. J.; Landowski, É. (dir.). *Análise do discurso em ciências sociais*. Trad. São Paulo: Global, 1986.]
- Hausenblas, Karel  
1972. *Výstavba jazykových projevu[30A?] a styl*. Praha: AUC.
- Havránek, Bohuslav  
1932. Úkoly spisovného jazyka e jeho kultura [The

- task of the standard language and its culture]. In: Havránek, B.; Weingart, M. (ed.). *Spisovná čeština a jazyková kultura*. Prague: Melantrich, p. 32-84.
- LTTR, 13  
2016. Figures de l'énonciation. Les gestes discursifs du savoir. In: Biglari, A.; Salvan, G. (dir.). *Figures en discours*. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan.
- Malrieu, Denise; Rastier, François  
2001. Genres et variations morphosyntaxiques. *Texte !*, vol. 42, n. 2 (Traitement automatiques des langues), p. 548-577. Disponível em: [http://www.revue-texto.net/Inedits/Malrieu\\_Rastier/Malrieu-Rastier\\_Genres.html](http://www.revue-texto.net/Inedits/Malrieu_Rastier/Malrieu-Rastier_Genres.html)
- Mistrík, Josef  
1997. *Štylistika*. 3. éd. Bratislava: SPN.
- Perelman, Chaim; Olbrechts-Tyteca, Lucie  
1958. *Traité de l'argumentation - La nouvelle rhétorique*. Paris: PUF. [Trad. br. Perelman, C.; Olbrechts-Tyteca, L. Tratado da argumentação - A nova retórica. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.]
- Rastier, François  
1989. *Sens et textualité*. Paris: Hachette.
- Reiss, Katharina  
1981. Type, kind and individuality of text. Decision making in translation. *Poetics Today*, vol. 2, n. 4, p. 121-131.
- Ricoeur, Paul  
1983. *Temps et récit*. Paris: Seuil. [Trad. br. Ricoeur, P. *Tempo e narrativa*. 3 volumes. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.]
- Todorov, Tzvetan  
1978. *Les genres du discours*. Paris: Seuil. [Trad. br. Todorov, T. *Os gêneros do discurso*. Trad. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.]

---

## Dados para indexação em língua estrangeira

---

Ltr13

Narration et argumentation. Retour sur l'analyse du discours en sciences sociales

*Estudos Semióticos*, vol. 14, n. 1 (edição especial) (2018)

ISSN 1980-4016

---

**Résumé:** *La congruence apparente entre modèles d'analyse et types de discours, malgré l'extension d'applicabilité à laquelle ces modèles peuvent prétendre, soulève des questions relatives à la légitimité d'une typologie des discours. Celle-ci peut-elle se mettre au-dessus des postulats théoriques qui forgent les appariements entre modèle d'analyse et type de discours ? Si ce n'est le cas, quels enjeux la question typologique permet-elle de soulever ? En comparant les postulats de la méthode sémiotique avec ceux d'autres modèles d'analyse et avec les tentatives proposées à ce sujet, nous souhaitons jeter de la lumière sur les positions soutenues par les uns et les autres dans ce débat théorique qui n'a cessé de s'entendre au cours des trente dernières années.*

**Mots-clés:** *narration ; argumentation ; narrativité ; Greimas ; sémiotique*

---

### Como citar este artigo

LTR13. Narração e argumentação. Retorno à análise do discurso em ciências sociais. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 14, n. 1 (edição especial). Editores convidados: Waldir Bevidas e Eliane Soares de Lima. São Paulo, março de 2018, p. 55-64. Disponível em: { [www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse) }. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 20/08/2017

Data de sua aprovação: 20/11/2017

---